



OBJETO DIRETO ANAFÓRICO DE TERCEIRA PESSOA: NORMA PADRÃO X NORMA DA COMUNIDADE

THIRD-PERSON ANAPHORIC DIRECT OBJECT: STANDARD NORM X COMMUNITY NORM

Carolina Amorim Zanellato¹

Aline Berbert Tomaz Fonseca Lauar²

Karina Corrêa Conceição³

Lilian Coutinho Yacovenco⁴

RESUMO:

No presente trabalho, com base no trabalho de Poplack (2014) e em três pesquisas norteadas pela Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, 2008 [1972]), discutimos a implementação de uma norma distinta da norma padrão numa comunidade de fala, observando, para isso, quais variantes ocupam o espaço deixado pelo clítico acusativo, em desuso no português brasileiro (OMENA, 1978; DUARTE, 1986). Buscamos, também, compreender como a chamada norma da comunidade tem influenciado a escrita de textos de histórias em quadrinhos e de jornais. Para isso, comparamos três trabalhos: (1) de BERBERT (2015), baseado na fala de Vitória dos anos 2000; (2) de ZANELATO (2017), constituído de dados de histórias em quadrinhos dos anos de 1970 e 2010; e (3) de CONCEIÇÃO (2016a), formado por textos de jornais de fins do século XIX a 1970. Nos três *corpora* é constatada a diminuição do clítico acusativo: está praticamente desaparecido da fala, apresenta drástica diminuição nas histórias em quadrinhos, – de 52,5% em 1970 para 12,1%, em 2000 e, também, nos jornais, passando de 50,8% no fim do século XIX a 11,8% em 1970. Ademais, o pronome lexical, registrado na fala, e ausente nos jornais, é também observado nas histórias em quadrinhos, passando de nenhuma ocorrência em 1970 para 13% do total dos dados nos anos 2000. Parece-nos que o uso da variante prescrita é mais saliente do que o das demais variantes, sendo, conforme afirmado por Poplack (2014), muito alto para o falante o custo de desviar-se da norma da comunidade e adotar a norma prescrita, pois não há modelo desse uso na comunidade. Destarte, a tendência de substituir o clítico acusativo pelo pronome lexical, categoria vazia ou sintagma nominal anafórico, não se restringe à fala, passando a ocorrer, também, na escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Objeto direto anafórico; Norma padrão; Norma da comunidade.

1 Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), carolinaaz_8@hotmail.com.

2 Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), aline_btf@hotmail.com.

3 Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), karina_col@hotmail.com.

4 Professora Titular do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Projeto Português Falado em Vitória (PortVix), lilianyacovenco@yahoo.com.br.



ABSTRACT:

In the present work, based on Poplack's proposition (2014) and on three researches guided by the Theory of Linguistic Variation and Change (LABOV, 2008 [1972]), The implementation of a different norm from the norm in a speech community is discussed, observing, for this purpose, which variants occupy the space left by the accusative clitic, in disuse in Brazilian Portuguese (OMENA, 1978; DUARTE, 1986). The objective is to understand how the community norm has influenced the writing of texts from comic books and newspapers. For this, three works were compared: (1) by BERBERT (2015), based on the speech of Vitória in the 2000s; (2) by ZANELATO (2017), consisting of comic books data from the 1970s and 2010; and (3) by CONCEIÇÃO (2016a), formed by newspaper texts from the late 19th to the 1970s. In the three *corpora*, there is a decrease in the accusative clitic: it is practically disappeared from speech, it presents a drastic decrease in comic books, - from 52.5% in 1970 to 12.1% in 2000, and also in the newspapers, from 50.8% at the end of the 19th century to 11.8% in 1970. In addition, the lexical pronoun, registered in speech, and absent in newspapers, is also observed in comics, going from no occurrence in 1970 to 13% of the total data in the 2000s. It seems that the use of the prescribed variant is more salient than that of the other variants, and, as stated by Poplack (2014), the cost of deviating from the community norm is elevated for the speaker and adopt the prescribed norm, as there is no model for this use in the community. Thus, the tendency to substitute the accusative clitic for the lexical pronoun, empty category or anaphoric noun phrase, is not restricted to speech, but also occurs in writing.

KEYWORDS: Anaphoric direct object; Standard norm; Community norm.

Palavras iniciais

A tradição gramatical não tem por objetivo mostrar o uso efetivo da língua por uma comunidade de fala e, com isso, em muitos casos, as estruturas sintáticas e morfológicas descritas afastam-se do vernáculo, podendo, inclusive, já ter caído em desuso há bastante tempo. É o que ocorre, por exemplo, com o fenômeno do objeto direto anafórico de terceira pessoa.

Os compêndios gramaticais (ROCHA LIMA, 1983; BECHARA, 2004, CUNHA; CINTRA, 2001) prescrevem os pronomes do caso oblíquo (*o, a, os, as*) como as formas possíveis para ocuparem a função de objeto direto. Contudo, pesquisas sociolinguísticas, entre elas as pioneiras de Omena (1978) e Duarte (1986), apontam que essa forma, o clítico acusativo, como em “Assim, pois, *o jornalismo* deve-se ocupar de grandes cousas, dos interesses mais imediatos da sociedade, que *o* escuta [...]”, (Carta do Leitor do Jornal Correio da Victoria, 1870), está em desuso, sendo, então, substituída, no português brasileiro (doravante PB), por outras três variantes: a) o pronome lexical: “se *o Lula* entrar eu não acredito... mas... o empresariado teme *ele*.” (Amostra PortVix, homem, universitário, 26 a 49 anos); b) a categoria vazia, como em: “Mas que *bonequinha* mais linda!... Ganhei \emptyset da vovó!” (SOUSA, Mauricio de. As primeiras histórias da Turma da Mônica. Rio de Janeiro: Editora Globo. 1 ed. 2002); e c) o sintagma nominal anafórico (doravante, SN), como em: “ela pegou *minha caneta* acabou de estragar *minha caneta*...” (Amostra PortVix, mulher, ensino fundamental, 7 a 14 anos).

Com base em três pesquisas norteadas pela Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, 2008 [1972]) e no trabalho de Shana Poplack (2014), que constata que a norma da comunidade de fala influencia mais o uso linguístico dos falantes do que a norma prescrita pela tradição gramatical, o presente estudo objetiva compreender se o estabelecimento de a norma da comunidade já se reflete na escrita de histórias em quadrinhos e de textos jornalísticos, sendo, então, o clítico acusativo substituído por outras estratégias de preenchimento do objeto direto anafórico.

Para isso, comparamos resultados de três pesquisas: uma com dados de falantes de Vitória/ES (BERBERT, 2015), outra com dados das histórias em quadrinhos da Turma da Mônica (ZANELLATO, 2017) e a terceira com dados de cartas de leitores e notícias de jornais capixabas (CONCEIÇÃO, 2016a). Esses trabalhos estão em posições diferentes dentro do contínuo fala e escrita, proposto por Marcuschi (2010): enquanto a pesquisa de Berbert (2015) é desenvolvida a partir de entrevistas sociolinguísticas, estando no campo da constelação de um gênero que se caracteriza por ser mais próxima à fala, o estudo de Conceição (2016a) conta com um gênero que está no campo da comunicação pública, mais próxima à escrita, parte do domínio jornalístico. Já a pesquisa de Zanellato (2017) é desenvolvida a partir de um gênero que está no meio do contínuo, uma vez que é escrito, mas com a intenção de reproduzir a fala (LINS, 2008).

Os três trabalhos se referem a diferentes sincronias: o *corpus* do estudo de Conceição (2016a) data do final do século XIX até a década de 1970, data em que se inicia o *corpus* da pesquisa de Zanellato (2017), *corpus* este que também possui histórias em quadrinhos de 2010. O *corpus* do trabalho de Berbert (2015), baseado em entrevistas sociolinguísticas, data do início do século XXI.

A hipótese deste trabalho é de que a comunidade não só deixa de usar o clítico acusativo, mas aceita as novas formas e passa a usá-las em textos escritos, sejam eles do domínio jornalístico ou de histórias em quadrinhos

Para a exposição do presente trabalho, organizamo-lo da seguinte forma: após a introdução, segue a segunda seção, que traz os conceitos de norma e apresenta o tratamento dado ao objeto direto por algumas gramáticas tradicionais. Na terceira seção, propomos uma discussão sobre norma padrão e norma da comunidade, tomando por base o trabalho de Poplack (2014). Após, na quarta seção, trazemos os resultados de algumas pesquisas com pressupostos sociolinguísticos sobre o fenômeno e debatemos as pesquisas de Berbert (2015), Zanellato (2017) e Conceição (2016a, 2016b). Por fim, na quinta seção, delineamos nossas considerações finais.

As várias normas que permeiam a língua e o fenômeno do objeto direto anafórico nas gramáticas tradicionais

Os estudos sociolinguísticos são permeados por várias expressões que tendem a conceituar e a diferenciar as várias realizações linguísticas. Entre elas, é possível observar os conceitos de norma linguística, norma culta e norma padrão. Os trabalhos de Faraco (2008) e Faraco e Zilles (2017) se debruçam sobre estes conceitos, como explicitamos a seguir.

Faraco (2008, p. 74) entende que norma linguística seria o “conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, habituais (“normais”) numa determinada comunidade de fala”. A *norma culta*, por outro lado, “designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (2008, p. 73). Desse modo, seria disseminada entre a classe social de prestígio, na qual estão consolidados, segundo Castilho (1978, p. 15), os “bons-usos” da língua.

Diferentemente da norma culta, “a norma padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas (...) um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização” (FARACO, 2008, p. 75). Entretanto, segundo o autor, no Brasil, a implementação da norma padrão não teve o objetivo primeiro de unificar as diversas variedades do português brasileiro, mas, sim, combater as variedades do português popular.

Essa norma padrão está descrita nas gramáticas normativas, as quais têm como finalidade estabelecer as regras que permeiam a língua e conduzir o comportamento linguístico dos falantes. Faraco (2008, p. 83) afirma que muitas de nossas gramáticas já inserem fenômenos da norma culta, porém não o fazem de forma sistemática. A respeito dos pronomes pessoais oblíquos, essas gramáticas são categóricas: os pronomes pessoais do caso reto devem exercer apenas a função de sujeito e predicativo na sentença, enquanto os pronomes oblíquos ocupam o lugar de complementos verbais diretos (ROCHA LIMA, 1983; CUNHA; CINTRA, 2001; BECHARA, 2004).

Desta forma, partindo desse pressuposto, apenas os clíticos acusativos (*o, a, os, as*) de terceira pessoa (variante padrão) poderiam preencher a função de objeto direto em cadeia anafórica a despeito das variantes não-padrão, estratégias estas que, entretanto, superam ampla e absolutamente o clítico acusativo na fala dos brasileiros (OMENA, 1978; DUARTE, 1986; BERBERT, 2015). Sobre estas variantes, pouco ou nada é dito pela tradição gramatical, como apresentaremos a seguir.

Rocha Lima (1983, p. 99) afirma que os pronomes pessoais são aqueles que dizem respeito às três pessoas do discurso, sendo divididos conforme a função sintática que exercem: àqueles que se referem ao sujeito das orações são chamados subjetivos ou retos; já os que desempenham papel de complemento do verbo denominam-se objetivos ou oblíquos. Ao situar o emprego dos pronomes dentro da sintaxe, o autor lança o argumento de que os objetos diretos

são complementos dos verbos que são preenchidos apenas por pronomes oblíquos. Desse modo, o autor considera que a norma é o uso do pronome oblíquo para desempenhar essa função.

Evanildo Bechara (2004), assim como Rocha Lima (1983), admite serem os pronomes pessoais retos aqueles que atuam como sujeito da oração e oblíquos os que são objetos, diretos ou indiretos. Contudo, os autores fazem uma ressalva a essa regra, conforme vemos abaixo: há casos em que a norma pode ser contrariada, ocorrendo a forma reta pela oblíqua em algumas situações, como quando esse vier enfatizado no fim de grupo de força, como no exemplo “Olha ele!” (ROCHA LIMA, 1983, p. 173). Os dois autores admitem também como correto o uso de um objeto não preenchido, nulo, vazio, quando este se encontra conhecido pela situação linguística: “esta linguagem é correta, apesar da censura que lhe faziam os gramáticos de outrora” (ROCHA LIMA, 1983, p. 174)

Cunha e Cintra (2001) elucidam a regra dos pronomes assim como os autores citados acima. No entanto, não trazem a categoria vazia como possível para (não) preencher o objeto direto. Além disso, o pronome do caso reto *ele* só é admitido como objeto do verbo quando aparece preposicionado, como em: “Paciente, obreira e dedicada, é a ela que em verdade eu amo.” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 297)

A grande diferença da gramática de Cunha e Cintra para as demais é uma parte destinada aos “Equívocos e Incorreções”, em que os autores demonstram que a variação do objeto direto no português brasileiro é antiga, porém, dizem que se deve evitá-la:

Na fala vulgar e familiar do Brasil é muito frequente o uso do pronome *ele(s)*, *ela(s)* como objeto direto em frases do tipo:

Vi *ele*. Encontrei *ela*.

Embora esta construção tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta em escritos portugueses dos séculos XIII e XIV, deve ser hoje evitada. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 288)

A partir do exposto, percebemos que os gramáticos até admitem outras formas linguísticas na função de objeto direto, mas consideram o pronome oblíquo a mais adequada e a correta. Entretanto, a pesquisa de Poplack (2014) mostra que outra norma – a da comunidade – possui, por vezes, mais prestígio dentro da comunidade de fala do que a valorizada pela tradição gramatical.

Norma da comunidade: o estudo de Poplack (2014)

Ao contrário da *norma padrão*, “ideal e inalcançável”, prescrita a partir de registros literários da língua, conforme exposto acima, a *norma da comunidade*, nos termos de Poplack

(2014), é entendida como a variedade linguística vigente em uma comunidade de fala, descrita e analisada por meio dos usos da língua em situações comunicativas reais.

Desta forma, entendemos que a escola e, por conseguinte, os professores de língua materna seriam os detentores, os “guardiões” e propagadores da norma padrão, explicitando-a no ambiente escolar e facilitando a sua apropriação por parte dos alunos. Dessa forma, seria de se esperar que a norma padrão exerceria uma influência tal que os discentes a utilizariam mais em determinados contextos linguísticos, deixando de lado a norma da comunidade.

Para compreender qual força têm a norma padrão e a norma da comunidade no uso linguístico de professores e alunos, Poplack (2014) analisa, entre outros, o fenômeno da negação no francês de Quebec, província do Canadá. Na oração negativa em francês, a norma padrão determina que a partícula “ne” seja anexada ao verbo e que se inclua na oração um outro marcador de negação (advérbio, pronome ou determinante), como em “La planète est déjà détruite avec tout ce qui est- s’est passé dans les années antérieures. Il **n’y** a **rien** à faire.” (POPLACK, 2014, p. 21)⁵. A variante não-padrão, entretanto, é produzida sem o uso do “ne” junto ao verbo, como no exemplo: “Des fois tu en as qui Ø mettent pas leurs accents. Il y en a qui **ne** mettent pas leurs accents, ou des fois ils peuvent avoir je Ø sais pas combien de fautes à cause des accents.” (POPLACK, 2014, p. 20)⁶. Como se pode perceber, nessa oração, retirada do *corpus* de Poplack e dita por um professor de língua francesa, há três ocorrências de frase negativa, no entanto, apenas uma delas possui a partícula “ne”.

Para a análise do fenômeno, a autora dispõe de um *corpus* formado por registros de fala de professores de francês e alunos concluintes do Ensino Médio, dentro e fora de sala de aula. O objetivo da pesquisa é observar se a escola promulga a norma padrão por meio da fala do professor em sala de aula e se os alunos a utilizam em contextos formais e informais.

Segundo a autora, apesar dos esforços prescritivos da tradição gramatical, muitas formas não-padrão não apenas permanecem no uso diário da maioria dos canadenses de língua francesa, como também se tornam a escolha dominante na fala, principalmente por parte dos jovens. A hipótese de Poplack para esse comportamento seria a de que a aprendizagem da norma padrão, por parte dos estudantes, dependeria de três princípios que, juntos, fariam com que os falantes produzissem mais as formas padronizadas da negação: (1) a prescrição normativa seria transparente, isto é, haveria uma regra clara sobre o uso da variante padrão, em que apenas uma variante é aceita como correta, sendo qualquer outra rejeitada; (2) a estigmatização da forma não-padrão por parte da comunidade; (3) a

5 “O planeta já está destruído com tudo que aconteceu nos últimos anos. Não há nada que se possa fazer” (tradução livre).

6 “Às vezes você tem alguns (alunos) que não colocam acentos. Alguns não colocam o sotaque, ou às vezes podem ter não sei quantos erros por causa do sotaque” (tradução livre).

presença de um forte modelo de ensino, baseado no domínio da norma pelos professores de francês.

Poplack (2014, p. 20) constatou que, embora a regra da negação seja transparente, a forma não-padrão é utilizada em 99,8% dos casos na fala informal. Por outro lado, a forma padrão é utilizada pelos professores em contextos mais formais, contudo, seu índice não ultrapassa 11% das ocorrências. No caso dos alunos, essa forma aparece apenas em contextos hiperformais, que são, no caso, os testes orais de conclusão do Ensino Médio, situações essas que apresentam trechos previamente escritos ou que foram lidos durante o teste. Portanto, para Poplack (2014, p. 21), “a expressão de negação não é feita por meio da forma padrão pelos jovens”.

Para a linguista, isso acontece não porque os alunos não possuem a capacidade de aprender a norma padrão, mas, sim, porque o custo de desviar-se da norma da comunidade é alto, uma vez que ela diverge enormemente da apresentada por meio dos compêndios gramaticais na escola. Em outras palavras, na comunidade de fala em tela, não há estigmatização em não usar a forma padrão, ao contrário, usá-la é que seria visto como algo “diferente”, talvez até “pedante”. A autora também conclui que a influência do ensino da norma padrão e de seu uso não é zero, visto que essa norma aparece em contextos escolares formais. No entanto, o pequeno impacto que essa influência tem sobre a fala está relacionado ao poderoso efeito da norma da comunidade sobre a escolha das variantes por parte dos falantes.

Poplack (2014) ainda pontua que não se deve esperar que um padrão prescritivo seja aprendido e aplicado categoricamente quando a norma da comunidade for variável, especialmente se a variante padrão desapareceu do vernáculo e, portanto, não faz parte do repertório linguístico do falante, caso da expressão de negação em Quebec.

Assim como ocorre com o fenômeno da negação no francês de Quebec, também o objeto direto anafórico no PB possui norma transparente e restrição clara, já que essa norma explícita que se deve usar o pronome clítico acusativo e não se deve usar o pronome reto. No entanto, a despeito disso, conforme atestam diversas pesquisas (DUARTE (1986); OMENA (1978); BERBERT (2015)), o fenômeno encontra-se em mudança praticamente concluída na fala, com o desaparecimento do clítico. A escrita, mais formal e monitorada, ainda é o reduto da norma padrão, contudo, mesmo nessa modalidade, a norma da comunidade vem ganhando forças, o que é percebido nos estudos de Zanellato (2017) e Conceição (2016a).

Na seção a seguir, apresentamos uma breve revisão bibliográfica dos estudos a respeito da variação do fenômeno do objeto direto anafórico em comunidades de fala, na escrita de histórias em quadrinhos e na escrita de textos jornalísticos. Logo após, a partir dos estudos de Berbert (2015), Zanellato (2017) e Conceição (2016a, 2016b), discutimos qual a força da norma padrão e da norma da comunidade na variação do fenômeno na fala e na escrita.

Norma padrão x norma da comunidade na variação do objeto direto anafórico

Várias são as pesquisas que abordam o objeto direto anafórico no vernáculo do PB. Entre elas, podemos citar o trabalho pioneiro de Omena (1978), realizado com um *corpus* formado por entrevistas de quatro falantes não-escolarizados, todos moradores do Rio de Janeiro e com faixas etárias distintas; o de Duarte (1986), baseado em entrevistas labovianas de 45 falantes paulistanos e em mais 4 horas de gravação de telenovelas e 4 horas de gravação de entrevistas televisivas; o de Malvar (1992), que contou com um *corpus* formado por 6 entrevistas de adultos rurbanos⁷ sem alfabetização, moradores de Brasília (DF), 12 entrevistas de meninos de rua moradores de Goiânia (GO) e 24 entrevistas com moradores de Brasília (DF). Todos estes estudos mostram a diminuição do clítico e o aumento de outras formas, como a categoria vazia, o pronome lexical e o sintagma nominal anafórico, abordados por Duarte e Malvar.

Tendo por base textos escritos, destacamos os trabalhos de Soledade (2011) que, baseado em um *corpus* histórico formado por cartas de pessoas ilustres do século XIX, verifica que o clítico é a forma preferida nesse gênero nessa época; Othero e Schwanke (2018), que, ao analisarem redações escolares e escrita jornalística, observam que nas redações há maior uso do apagamento do objeto, e, na escrita jornalística, o clítico é o líder absoluto, com 62,6% das ocorrências, o que demonstra que esse ainda é um gênero textual preocupado com as formas preconizadas pela tradição gramatical. Othero *et al.* (2018), ao analisarem histórias em quadrinhos dos anos de 1990 e 2013, encontram majoritariamente pronome lexical e categoria vazia ocupando o lugar de objeto direto, mas também um número expressivo de pronomes clíticos: 25% das ocorrências no *corpus*. Nessas pesquisas baseadas em textos escritos, observamos haver a presença concomitante de três variantes do fenômeno em tela – o clítico, pronome lexical e categoria vazia, sem observância do sintagma nominal anafórico.

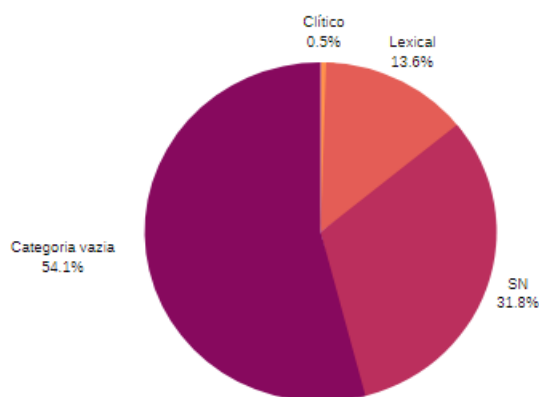
A seguir, abordamos o fenômeno da expressão do objeto direto anafórico nas pesquisas de Berbert (2015), com dados de fala da cidade de Vitória/ES, de Zanellato (2017), com dados de revistas em quadrinhos da Turma da Mônica, e de Conceição (2016a), com as ocorrências de cartas de leitores e notícias, ambas do domínio jornalístico. A partir dessas pesquisas, pretendemos discutir a influência da norma padrão ensinada na escola e da norma da comunidade no uso do objeto direto anafórico, baseando-nos, para isso, na concepção de Poplack (2014) a respeito do tema.

Tendo como *corpus* a amostra do projeto PortVix (Português Falado na Cidade de Vitória/ES), composta por 46 entrevistas tipicamente labovianas, distribuídas por gênero/sexo (masculino e feminino), faixa etária (7 a 14, 15 a 25, 26 a 49, 50 anos ou mais), e nível de escolaridade (ensino fundamental, médio e superior), gravadas entre os anos de 2000 e 2002, Berbert (2015) analisou 3031 ocorrências de objeto direto anafórico. Foi constatado, em consonância com os resultados de pesquisas aqui já apresentadas, o desaparecimento do clítico acusativo, ocorrendo, apenas,

⁷ Falantes denominados rurbanos são aqueles originários da área rural e instalados já adultos em área urbana.

em 0,5% dos casos na fala dos capixabas. A variante mais utilizada é a categoria vazia, com 54,2% das ocorrências, seguida dos sintagmas nominais anafóricos, que contabilizam 31,8% e do pronome lexical, com 13,4% dos dados, conforme observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Frequência relativa geral das variantes do objeto direto anafórico na fala de Vitória/ES



Fonte: Berbert (2015)

Berbert (2015) também observa que a primeira faixa etária, de 7 a 14 anos, não apresenta caso algum de clítico acusativo, o qual apenas ocorre, mesmo que raramente, a partir da segunda faixa, 15 a 25 anos, idade em que os falantes já foram mais expostos ao ensino baseado na tradição gramatical que vigora nas escolas. A autora afirma, então, que a presença do clítico acusativo na fala dos capixabas e dos brasileiros se deve à escolarização, ao ensino prescritivo e normatizador advindo das concepções presentes nos manuais de ensino e nas gramáticas tradicionais. Por meio da normatização e da pressão da escola, esses pronomes são, portanto, inseridos na escrita dos escolarizados, mas muito raramente aparecem na fala.

Observamos, portanto, que o encaixamento social das variantes na pesquisa de Berbert (2015) corrobora a afirmação de Cyrino (1993) de que o clítico acusativo não está simplesmente desaparecendo da fala. Mais do que isto, esta forma não pertence mais ao vernáculo, devido à não assimilação dos clíticos pelas crianças brasileiras.

Por outro lado, o pronome lexical na função de objeto direto ainda é visto pelo ensino regular como erro gramatical, visão essa baseada muitas vezes no que versam os compêndios gramaticais. Contudo, ainda que seja alvo de estigmatização por ser, por vezes, considerado um “desvio de norma” – assim como Cunha e Cintra (2001), que o encaram como um uso vulgar do PB, como já mencionado –, o pronome lexical possui frequência de uso bastante significativa, correspondendo a 13,4% do total de casos. Entendemos, com esse percentual, que as tentativas da escola, baseadas na tradição gramatical, de banir da fala o pronome lexical não têm alcançado êxito.

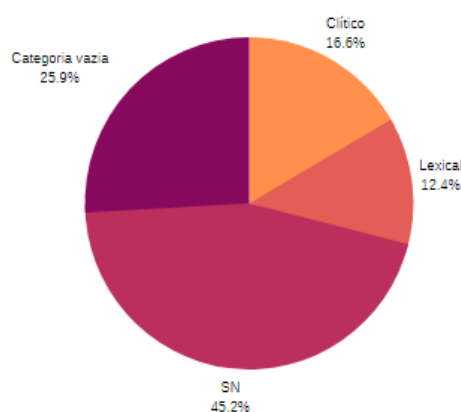
Outra variável que vem ganhando espaço no PB é a categoria vazia. Essa variante apresenta-se como um escape ao “erro gramatical” representado pelo pronome lexical, como afirma Duarte (1986). Por isso, a forma não-preenchida do objeto é a mais utilizada por falantes de todas as faixas etárias e níveis de escolarização, sendo, porém, mais frequente entre os universitários. O sintagma nominal anafórico é identificado como uma variante intermediária, abordada pela escola e sem nenhum tipo de marcação social. Em Vitória, a frequência relativa de uso dessa variante é alta, 31,8% das ocorrências.

A partir desses resultados, podemos perceber que a força normativa das gramáticas e da escola não são suficientes para inserir no vernáculo dos capixabas a forma padrão, nem para retirar aquela considerada erro, caso do pronome lexical. Conforme afirma Duarte (1986), para fugir do pedantismo, representado pelo clítico, e da estigmatização, advinda do uso do pronome lexical, os falantes passam a usar, de modo frequente, duas outras formas neutras: a categoria vazia e o sintagma nominal anafórico.

Tomando por base um *corpus* composto de revistas da Turma da Mônica dos anos de 1970 e da década de 2010, Zanellato (2017) analisa o fenômeno do objeto direto anafórico em tempo real. Para os anos 1970, utilizou uma revista com aproximadamente 190 páginas, relativa a uma edição especial com as primeiras histórias da personagem. Para a comparação baseada na metodologia de tempo real, a autora considerou outras 48 revistas, publicadas entre os anos de 2007 e 2010.

Em uma análise geral, foram encontrados os seguintes resultados:

Gráfico 2 - Rodada geral do OD anafórico em quadrinhos da Turma da Mônica



Fonte: Zanellato (2017)

O Gráfico 2 mostra, sem a distribuição por décadas, que o pronome clítico é mais frequente que o lexical nas histórias: 16,6% do primeiro contra 12,4% do segundo. A categoria vazia, forma mais frequente na fala, ocupa a segunda posição, com 25,9% das ocorrências. A forma preferida para a retomada do objeto direto anafórico no *corpus* é o sintagma nominal anafórico, ocupando quase metade das ocorrências: 45,2%.

De acordo com Zanellato (2017), a justificativa para essa frequência tão alta de SN anafóricos seria a configuração do gênero textual-discursivo história em quadrinhos: como há uma formatação em quadros, em que os balões têm o intuito de caracterizar a fala dos personagens, e como as publicações da Turma da Mônica são destinadas ao público infantil, a repetição do termo faz com que as crianças lembrem qual o sintagma que está sendo retomado. Outrossim, as falas nos balões são apresentadas sob o domínio da escrita, revelando, muitas vezes, características dessa modalidade de língua.

Ao analisar os dados por sincronia, Zanellato (2017) percebe as variantes em mudança.

Tabela 1 – Variável “ano da publicação” nas histórias em quadrinhos

Ano de publicação	Clítico		Pronome lexical		Categoria Vazia		SN Anafórico	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Anos 70	32	52,5%	0	0,0%	8	13,1%	21	34,4%
2007-2010	59	12,1%	68	13,9%	134	27,5%	227	46,5%
Total	91	16,6%	68	12,4%	142	25,9%	248	45,2%

Fonte: Zanellato (2017)

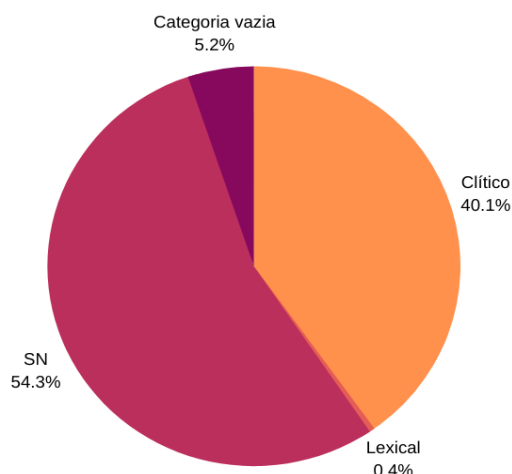
A Tabela 1 explicita que o uso do pronome clítico se encontra, prioritariamente, nos dados da década de 1970. Nesta sincronia, essa é a variante preferida, com 52,5% das ocorrências. Nos dados relativos ao período de 2007-2010, há uma queda brusca do clítico – um pouco mais de 40 pontos percentuais – e um aumento de todas as demais variantes: a categoria vazia passa de 13,1% para 27,5%, e o sintagma nominal, de 34,4% para 46,5.

É no pronome lexical, no entanto, que está a maior descoberta da pesquisa: no *corpus* dos anos 70, não há uma única ocorrência dessa variante, o que mostra o comprometimento dos redatores da revista em propagar a chamada “boa língua”, sem o uso da variante que, para a tradição gramatical, poderia significar desprestígio social. Já no *corpus* dos anos 2000 essa variante é mais frequente que o clítico acusativo, totalizando 13,9% das ocorrências, percentual bem próximo ao obtido por Berbert (2015) para a fala dos capixabas.

Já com o intuito de observar o uso do objeto direto anafórico em textos jornalísticos de diferentes sincronias, Conceição (2016a) analisa o fenômeno em pauta em dois gêneros do domínio. Para esse fim, foram coletados sete jornais, datados do final do século XIX à década de 1970, formando um *corpus* de 118 notícias e 94 cartas de leitores. Os jornais foram extraídos do Arquivo Público do Espírito Santo e do acervo da Hemeroteca Digital, disponibilizado no site da Biblioteca Nacional (Fundação Biblioteca Nacional, 2015).

Na distribuição geral dos dados, foram encontradas 232 ocorrências do objeto direto anafórico, divididos nas seguintes variantes:

Gráfico 3 – Frequência das variantes do fenômeno objeto direto anafórico nos jornais capixabas do final do século XIX a 1970



Fonte: Conceição (2016a)

No Gráfico 3, observa-se maior ocorrência de duas variantes: os sintagmas nominais anafóricos, que detêm 54,3% dos casos, e o clítico acusativo, forma recomendada pelos compêndios gramaticais, que concentra 40,1% dos usos. Já a categoria vazia e o pronome lexical aparecem com menor frequência: somente 5,2% dos casos para a primeira variante e 0,4% de ocorrência para a segunda.

É importante observar que o sintagma nominal anafórico – forma neutra, não-marcada – e o clítico acusativo – forma recomendada pela tradição gramatical – são as variantes que representam quase a totalidade dos dados encontrados, o que demonstra uma preocupação dos jornalistas e daqueles que escrevem as cartas na seção “cartas do leitor” em utilizarem as formas preconizadas pela norma padrão.

Podemos afirmar que a linguagem do texto jornalístico se caracteriza por ser notoriamente mais monitorada, uma vez que sua produção passa por revisão textual e gramatical. Observamos, portanto, seu alinhamento à norma padrão, e às recomendações da tradição gramatical.

O pronome lexical, embora seja recorrente na fala, conforme visto em Berbert (2015), ocorre apenas uma única vez neste *corpus* de escrita jornalística, fato que demonstra estarem a fala, mesmo a monitorada, e a escrita jornalística em pontos extremos de formalidade linguística.

Apresentamos a seguir o único caso de pronome lexical do *corpus* de Conceição (2016a):

[...] quando mr. Niedham acabou de tomar banho e dirigio-se para o lugar onde estava o embrulho para se vestir, **o cão** não consentio porque não o reconheceu nú, depois de inúteis tentativas, o homem pensou então que tornando outra vez a entrar n’agua e chamando-o fizesse **ele** deixar o pacote com efeito conseguiu; [...]” (final século XIX, Jornal Correio da Victoria).

Conceição (2016a) observa que o único caso de pronome lexical ocorre em um contexto denominado de dupla função, que se caracteriza por o pronome receber caso acusativo do verbo anterior, verbo *fazer*, e nominativo do verbo seguinte, verbo *deixar*, assumindo, desta forma, duas funções sintáticas no período exposto: objeto direto do verbo *fazer* e sujeito do verbo *deixar*.

Na tabela abaixo, são apresentadas as ocorrências encontradas nas amostras de carta de leitores e notícias, considerando a distribuição geral dos dados, a partir das sincronias estudadas:

Tabela 2 – Distribuição geral das variantes do fenômeno objeto direto anafórico, de acordo com as sincronias dos jornais capixabas, em cartas de leitores e notícias

Ano de publicação	Clítico		Sintagma Nominal		Categoria Vazia		Pronome lexical	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Final do séc. XIX a 1925	66	50,8%	54	41,5%	9	6,9%	1	0,8%
Década de 1930	23	33,8%	42	61,8%	3	4,4%	-	-
Década de 1970	4	11,8%	30	88,2%	-	-	-	-
Total	93	40,1%	126	54,3%	12	5,2%	1	0,4%

Fonte: Conceição (2016a)

A partir da Tabela 2, é possível observar uma maior recorrência de uso do clítico acusativo na primeira sincronia estudada, final do século XIX a 1925, com 50,8% das ocorrências. O sintagma nominal anafórico é a segunda forma mais frequente, neste mesmo período, com 41,5% das ocorrências, seguido da categoria vazia, com 6,9% dos usos, e do pronome lexical, com o único caso do *corpus*.

A década de 1930, no entanto, registra uma inversão na utilização das variantes mais frequentes, inversão esta que se estende até a década de 1970: o sintagma nominal anafórico passa de 61,8% dos casos em 1930 e para 88,2% em 1970. Este fato justifica-se pela atestada diminuição de uso dos clíticos acusativos, de 50,8% dos casos, na primeira sincronia estudada, para 11,8% na década de 1970, o que faz com que, naturalmente, haja o crescimento do uso de outra variante, configurando-se, desta forma, um processo de mudança linguística.

Nos textos analisados referentes a notícias e de cartas de leitores, podemos observar que a inexistência de pronomes lexicais, o que pode se dever a esta forma não recomendada pela tradição gramatical. A variante mais usada para expressar o objeto direto anafórico é o sintagma nominal anafórico, que passa a ser mais frequente que o clítico acusativo. Conforme exposto por Zanellato (2017), o sintagma nominal anafórico propicia maior clareza ao texto e seu uso também pode ser justificado para a manutenção do referente textual, deixando sempre claro ao leitor sobre o quê ou quem se está discursando.

Conceição (2016b), ao analisar somente as cartas de leitores do jornal A Gazeta do ano de 2012, ratifica os resultados observados nas sincronias anteriores, sendo o sintagma nominal a forma mais frequente, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição das variantes em cartas de leitores de acordo com as sincronias do jornal⁸

Sincronia de publicação do jornal	Clítico		Categoria Vazia		SN Anafórico	
	N	%	N	%	N	%
Final do séc. XIX/déc. 1930	51	48,1%	4	3,8%	51	48,1%
Século XXI	37	33,6%	8	7,3%	65	59,1%
Total	88	40,7%	12	5,6%	116	53,7%

Fonte: Conceição (2016b)

Nesta tabela, em que são comparados os usos de duas sincronias – final do século XIX/déc.1930 e século XXI –, é possível observar que, após a igualdade de recorrência de uso das variantes clítico acusativo e sintagma nominal, ambos com 48,1% de uso na primeira sincronia observada, ocorre a diminuição de uso do clítico acusativo – de 48,1% para 33,6% dos casos –, e o aumento de uso do sintagma nominal, variante que se torna a mais utilizada pelos escritores, no século XXI, com 59,1% das ocorrências. A mudança linguística, portanto, neste caso, ocorre em razão da diminuição do uso do clítico acusativo, forma prestigiada pela norma padrão, que cede espaço ao sintagma nominal, forma neutra, não marcada.

Desta forma, observados os dados da fala e da escrita, são inevitáveis os questionamentos a respeito dos motivos para termos comportamentos diferentes em relação a uma e a outra modalidade da língua. Por que o clítico desapareceu da fala? Por que o pronome lexical começa a ser, também, usado nas histórias em quadrinhos? E por qual motivo ainda permanece estável na fala, embora seja considerado incorreto e tenha certo estigma? Tentando responder essas questões, retornaremos ao texto de Poplack (2014), que se dedica à norma padrão e à norma da comunidade.

Tomando para o nosso fenômeno as hipóteses da autora sobre a negação no francês, percebemos que o ensino escolar sobre o objeto direto anafórico possui norma transparente e restrição clara, já que a tradição gramatical afirma que se deve usar o pronome clítico acusativo e não se deve usar o pronome lexical. No entanto, a despeito disso, o clítico acusativo praticamente não ocorre mais na fala dos capixabas, conforme apontado por Berbert (2015), entre outros autores que se debruçaram sobre o fenômeno.

Essa tendência também pode ser observada nas histórias em quadrinhos da Turma da Mônica. Na década de 1970, há 52,5% de casos de clítico e nenhuma retomada com o pronome lexical, o que revela uma estreita relação entre o uso linguístico e as recomendações da norma padrão. Entretanto, ao longo dos anos, o uso da variante padrão diminui, chegando a apenas 12,1% dos casos nos anos 2000 e, por outro lado, surgem os pronomes lexicais nas histórias.

Fato semelhante ocorre na escrita dos textos jornalísticos capixabas: ainda no século XIX e início do século XX, o clítico acusativo ocorre em 50,8% dos casos. No entanto, as cartas de

⁸ Nesta tabela, diferentemente da anterior, é analisado somente o gênero textual carta do leitor das duas sincronias supracitadas.

leitores de 2012 apontam uma diminuição do uso da variante padrão e um aumento do sintagma nominal, que passa a ter 59,1% de uso.

Diversas pesquisas, como as aqui apresentadas, mostram que a substituição da variante padrão na fala é feita, preferencialmente, por uma categoria vazia e, na escrita, por um SN anafórico. Contudo, a variante não recomendada pela tradição gramatical, o pronome lexical, ocorre na fala, e esse uso é transferido para a escrita das histórias em quadrinhos, de modo que seu uso, inexistente na década de 1970, é de 13% das ocorrências nos anos 2000, conforme acima visto.

Segundo hipótese de Poplack (2014), a atuação do ensino escolar e da prescrição gramatical poderiam influenciar o uso de formas não-padrão estigmatizadas, que poderiam ser menos utilizadas. No caso do objeto direto anafórico, o pronome lexical apresenta estigma em determinados contextos gramaticais, especialmente naqueles em que há exista cacofonia, como em “vi ela”, “amo ela” ou quando não seguidos de outros sintagmas. Mesmo tendo certa estigmatização e não sendo recomendado pela tradição gramatical, essa variante apresenta uma frequência de aproximadamente 13% do total de casos, tanto na fala quanto nas histórias em quadrinhos.

Nesse fenômeno linguístico, o uso da variante prescrita pela tradição gramatical – o clítico acusativo - é mais notado do que o de outras variantes. Assim, uma vez que não é comum à comunidade, seu uso é, por vezes, considerado pedante, conforme já afirmava Duarte em 1986. Por conseguinte, de modo semelhante à conclusão de Poplack, o custo de desviar-se da norma da comunidade e adotar a norma prescrita é muito alto ao falante, já que não há modelo desse uso na comunidade.

Para a observação do papel da escola na manutenção da variante padrão, na Tabela 4 se apresenta a distribuição das variantes de objeto direto anafórico na fala de Vitória de acordo com a escolaridade dos falantes (BERBERT, 2015).

Tabela 4 – Frequência relativa de usos das variantes em relação à escolaridade dos falantes

	Clítico		Lexical		SN Anafórico		Categoria Vazia		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Fundamental	3	0,2	271	17,0	497	31,1	827	51,8	1598	52,7
Médio	6	0,8	97	12,9	249	33,2	398	53,1	750	24,7
Universitário	6	0,9	43	6,3	220	32,1	415	60,7	684	22,6
Total	15	0,5	411	13,6	965	31,8	1640	54,1	3032	100

Fonte: Berbert (2015)

A tradição gramatical, que valoriza a escrita e a homogeneidade linguística, está presente no sistema educacional brasileiro. Dessa forma, a retomada do objeto direto anafórico deveria

ser feita, de acordo com o ensinado na escola, com o clítico acusativo. Entretanto, seu uso, mesmo que irrisório, pode ser relacionado ao nível de escolarização do falante, conforme os dados da Tabela 4. Dos 15 casos encontrados, apenas 3 são de falantes de ensino fundamental, o que mostra que essa variante é mais utilizada por falantes que têm maior influência da escola.

Ao se cruzarem as variáveis faixa etária e escolaridade, constata-se que, conforme anteriormente mencionado, na faixa etária de 7 a 14 anos não foram registradas ocorrências da forma padrão. Esse resultado ratifica a afirmação de Nunes (1993, p. 217) de que o clítico acusativo não é parte da gramática das crianças brasileiras.

Em contrapartida, a diminuição do uso da variante não-padrão, o pronome lexical, à medida que se aumenta a escolarização, aponta que, para variantes por vezes estigmatizadas, há uma influência da norma prescrita ensinada na escola, embora essa, por vezes, seja diminuída frente à força da norma da comunidade, conforme apontou Poplack.

Com relação à escrita, o aprendizado da norma padrão faz com que o clítico acusativo permaneça por mais tempo nessa modalidade da língua, ainda que sua frequência diminua, com o passar dos anos, conforme apontam os resultados de Zanellato (2017) e Conceição (2016a). Por outro lado, o fato de os pronomes lexicais surgirem nas revistas em quadrinhos demonstra a força da norma da comunidade e sua influência dentro de um gênero multimodal que pretende se aproximar da realidade dos leitores por meio de seus personagens infantis.

A categoria vazia, frequente nos dados de falantes, independentemente de sua escolarização, tem maior frequência de uso entre os universitários, firmando-se como uma estratégia dos mais escolarizados para fugir do pedantismo do clítico e da estigmatização do pronome lexical, como afirma Duarte (1989, p. 32).

Quanto ao sintagma nominal, este mantém um índice de usos em todos os níveis de escolaridade, por volta dos 30%. Nas histórias em quadrinhos e jornais – ambos analisados em tempo real –, conforme apontam Zanellato (2017) e Conceição (2016a), o SN é mais utilizado como forma de retomar o referente, sendo, como a categoria vazia na fala, forma neutra, não mencionada como desvio ou descumpridora da norma padrão.

Percebemos, portanto, que, assim como o trabalho de Poplack sobre a negação no francês de Quebec, a variação do objeto direto anafórico não confirma as hipóteses com relação ao uso da norma padrão, ensinada nas escolas regulares, em detrimento da norma da comunidade. Ao contrário, a norma da comunidade é mais forte que a norma padrão, embora essa não seja nula. Observamos, inclusive, a inserção dos pronomes lexicais, variante não recomendada pela tradição gramatical, na fala e, também, nas revistas em quadrinhos. Vemos, também, que o clítico acusativo, variante recomendada no ensino escolar, desaparece da fala e tem seu uso consideravelmente minimizado na escrita.

Considerações finais

As pesquisas de Omena (1978), Duarte (1986), Malvar (1992), entre outras, atestam a diminuição do uso de clíticos acusativos em diversas variedades do PB. Na escrita, segundo as pesquisas de Othero e Schwanke (2018), Soledade (2011) e Othero *et al.* (2018), ainda há ocorrências de clítico acusativo, mas também se observa uma grande variação de uso, o que pode apontar para uma mudança.

As pesquisas de Berbert (2015), Zanellato (2017) e Conceição (2016a) corroboram resultados relativos à substituição do clítico acusativo por outras formas de expressão do objeto direto anafórico: Berbert (2015) mostra que a comunidade de fala de Vitória/ES praticamente não utiliza o clítico acusativo, sendo sua frequência de somente 0,5% de casos, considerando-se, portanto, uma forma em desaparecimento. A pesquisa de Zanellato (2017) também demonstra que o clítico acusativo, gradativamente, vem perdendo força nas histórias em quadrinhos da Turma da Mônica, pois há uma diminuição de, aproximadamente, 40 pontos percentuais entre os usos da década de 1970 e os dos anos 2000. Semelhantemente, o trabalho de Conceição (2016a) registra, em jornais capixabas, a diminuição de uso do clítico acusativo e o crescente aumento de uso dos sintagmas nominais anafóricos, que passam a ter 59,1% das ocorrências.

Ratificando a proposta de Poplack (2014), baseada na negação verbal em dados de fala de Quebec, podemos concluir que, mesmo sendo a regra de preenchimento do objeto direto anafórico clara, a escolarização não é capaz de fazer com que a forma prescrita seja utilizada na fala. Portanto, a norma padrão não é mais forte do que a norma da comunidade para esse fenômeno. Entretanto, a influência da escola na propagação da norma padrão pode ser observada nos usos dos clíticos em textos jornalísticos, sejam eles por profissionais da área ou por leitores em suas cartas enviadas aos jornais. Também se observa essa força no uso dos clíticos nas histórias em quadrinhos, mesmo que em ambos os veículos haja diminuição de seu uso.

A tese que Poplack (2014) defende, observada na negação do francês, de que se desviar da norma da comunidade é muito cara, comprova-se, portanto, no uso do objeto direto anafórico de terceira pessoa no PB. Nas entrevistas sociolinguísticas seu uso é quase nulo e nas histórias em quadrinhos da Turma da Mônica e nos jornais capixabas está em franca diminuição. Podemos afirmar que o clítico acusativo soa artificial na fala e, mesmo que ainda ocorra na escrita, está em franco declínio.

REFERÊNCIAS

BERBERT, A. T. F. L. *Não o vejo mais em Vitória: a substituição do clítico acusativo de terceira pessoa na fala de Vitória*. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.
- CASTILHO, A. Variação dialetal e estudo institucionalizado da língua portuguesa. *Cadernos de Estudos Linguístico*, Campinas, n. 1, p. 13-20, 1978.
- CONCEIÇÃO, K. C. Preenchimento do objeto direto anafórico: as transformações linguísticas ocorridas do século XIX ao XX em jornais capixabas. In: Jornada de Iniciação Científica, 7, 2016a. Vitória. *Anais eletrônicos*. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/anais_jornada_ic/. Acesso em: 20 ago. 2020.
- CONCEIÇÃO, K. C. *Objeto direto anafórico: reflexões e perspectivas para o ensino da mudança linguística na escola regular*. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras-Português) – Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016b.
- CUNHA, C.; LINDLEY, C. *A nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. São Paulo: PUC-SP, 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências – Linguística Aplicado ao Ensino de Línguas) da Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 1986.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, SP: Parábola, 2008.
- FARACO, C. A.; ZILES, A. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo, SP: Contexto, 2017.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo, SP: Parábola, 2008 [1972].
- LINS, M. P. P. *O tópico discursivo em textos de quadrinhos*. Vitória: Edufes, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo, SP: Cortez, 2010.
- MALVAR, E. S. *A realização do objeto direto de 3ª pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil*. Brasília: UnB, 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 1992.
- NUNES, J. M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1978. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) do Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica, PUC, Rio de Janeiro, 1978.

OTHERO, G. A.; SCHWANKE, C. Retomadas anafóricas de objeto direto em português brasileiro escrito. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 147-185, 2018.

OTHERO *et al.* Objeto nulo e pronome pleno na retomada anafórica em PB: uma análise em corpora escritos com características de fala. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, n. 45, p. 68-89, 2018.

PAIVA, M. C. Mudança em tempo real e em tempo aparente. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. (orgs.). *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 23-32.

POPLACK, S. Norme prescriptive, norme communautaire et variation diaphasique. In: LINDSCHOUW, J.; KRAGH, K. (orgs.). *Variations diasystémiques et leurs interdépendances dans les langues romanes*. Copenhague: TraLiRo - Sociolinguistique, dialectologie, variation, 2015. p. 293-319.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1983.

SOLEDADE, C. L. V. Realizações do objeto direto anafórico de terceira pessoa em cartas de ilustres do século XIX. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 434-444, 2011.

ZANELLATO, C. A. Objeto direto anafórico: uma pesquisa em tempo real nas revistas da Turma da Mônica. In: Jornada de Iniciação Científica, 8, 2017. Vitória. *Anais eletrônicos*. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/anais_jornada_ic/. Acesso em: 28 de mai. de 2020.